



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**VOTO Nº 8009/2017**

**PROCESSO MPF Nº 0001283-36.2017.4.05.8100 (IPL Nº 1682/2015)**

**ORIGEM: 11ª VARA FEDERAL DO CEARÁ**

**PROCURADOR OFICIANTE: RÔMULO MOREIRA CONRADO**

**RELATOR: JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO**

**PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. SUPOSTO CRIME DE FALSO TESTEMUNHO (CP, art. 342). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO JÁ HOMOLOGADA POR ESTA 2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. CPP, ART. 28 C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV. DECISÃO DO COLEGIADO PELO ARQUIVAMENTO. RECURSO INTERPOSTO PELO MAGISTRADO. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. PROCEDIMENTO ARQUIVADO. NÃO CONHECIMENTO DA REMESSA.**

1. Inquérito Policial instaurado para apurar suposto crime de falso testemunho (CP, art. 342), tendo em vista a notícia de que testemunha teria faltado com a verdade no bojo de reclamatória trabalhista.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do inquérito policial ante a atipicidade da conduta encetada.

3. Por decisão unânime, este Colegiado, acolhendo os fundamentos invocados pelo Procurador oficiante, homologou o arquivamento, nos termos do Voto nº 6040/2017, proferido na 683ª Sessão Ordinária, realizada em 31/07/2017.

4. Devolvidos os autos à origem, o MPF os encaminhou à Justiça Federal, para providenciar seu arquivamento físico, tendo a Juíza Federal discordado do procedimento adotado por entender que existem diligências cabíveis a serem adotadas no caso.

5. A Lei Complementar nº 75/93, art. 62, que estabelece a competência das Câmaras de Coordenação e Revisão de se manifestar sobre o arquivamento de inquérito policial, inquérito parlamentar ou peças de informação deve ser interpretado em conjunto com o art. 28 do CPP, que prevê a remessa dos autos ao órgão superior do Ministério Público sempre que o juiz discordar das razões invocadas pelo órgão ministerial para promover o arquivamento, em juízo, de inquérito policial ou de peças de informação.

6. O art. 12, §2º, da Resolução nº 165, de 6 de maio de 2016, do Conselho Superior do MPF, que dispõe sobre o Regimento Interno do CISMPPF, prevê a possibilidade de interposição de recurso das decisões das Câmaras, estabelecendo, como legitimados, *“a parte interessada e os órgãos institucionais do Ministério Público que tiverem atuado no procedimento em que foi prolatada a decisão”*.

7. O magistrado não possui legitimidade para interpor recurso/pedido de reconsideração contra decisão da 2ª CCR que determina o arquivamento dos autos, já que não figura como parte interessada no processo e sua atuação é limitada pelo art. 28 do CPP, sendo seu dever cumpri-la.

8. Não conhecimento da remessa.

Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar suposto crime de falso testemunho (CP, art. 352), tendo em vista a notícia de que a testemunha MÁRCIA CRISTINA SILVA ALVES teria faltado com a verdade no bojo de reclamatória trabalhista.

O Procurador da República oficiante requereu o arquivamento do feito por entender que a conduta não se amolda ao tipo penal (fls. 77/81).

Na 683ª Sessão Ordinária, realizada em 31/07/2017, este Colegiado, por unanimidade, deliberou pela homologação do arquivamento, nos termos do Voto nº 6040/2017.

Devolvidos os autos à origem, o MPF os encaminhou à Justiça Federal, para providenciar seu arquivamento físico. A Juíza Federal, por sua vez, discordou das razões do MPF, por entender que existem diligências cabíveis a serem adotadas no caso (fls. 88/93).

Firmado o dissenso, os autos vieram a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

É o relatório.

A remessa não comporta conhecimento por este Colegiado.

No que tange às atribuições das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dispõe a Lei Complementar nº 75/93 que:

*Art 62. Compete às Câmaras de Coordenação e Revisão:*

*IV - manifestar-se sobre o arquivamento de inquérito policial, inquérito parlamentar ou peças de informação, exceto nos casos de competência originária do Procurador-Geral;*

Esse dispositivo deve ser interpretado em conjunto com o art. 28 do CPP, que prevê a remessa dos autos ao órgão superior do Ministério Público sempre que o juiz discordar das razões invocadas pelo órgão ministerial para promover o arquivamento, em juízo, de inquérito policial ou de peças de informação.

O art. 12, §2º, da Resolução nº 165, de 6 de maio de 2016, do Conselho Superior do MPF, que dispõe sobre o Regimento Interno do CISMPPF, prevê a possibilidade de interposição de recurso das decisões das Câmaras, no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência do ato, estabelecendo, como legitimados, “a parte interessada e os órgãos institucionais do Ministério Público que tiverem atuado no procedimento em que foi prolatada a decisão” (art. 13, §2º).

Sendo assim, o magistrado não possui legitimidade para interpor recurso/pedido de reconsideração contra decisão da 2ª CCR que determina o arquivamento dos autos, já que não figura como parte interessada no processo e sua atuação é limitada pelo art. 28 do CPP, sendo seu dever cumpri-la.

Com essas considerações, voto pela não conhecimento da remessa e determino o arquivamento definitivo dos autos.

Remetam-se os autos à origem, com nossas homenagens.

Brasília-DF, 29 de setembro de 2017.

**Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho**  
Subprocurador-Geral da República  
Titular – 2ª CCR

AN